

Entrevista: O que há de errado a respeito da ‘escravidão moderna’?: Uma conversa entre Julia O’Connell Davidson e Angelo Martins Jr.¹

*Julia O’Connell Davidson e Angelo Martins Jr.
tradução de Thaís Fernanda Salves de Brito*

Resumo: Nesta conversa, Angelo Martins Jr. dialoga com Julia O’Connell Davidson sobre seu livro 'Modern Slavery: the Margins of Freedom (2015). A conversa discute ainda alguns dos tópicos mais importantes (e muitas vezes controversos) examinados pelo livro de O’Connell Davidson, como sua compreensão da escravidão moderna e sua crítica sobre (e as consequências de) como movimentos anti-escravidão, ONGs, organizações de direita, a mídia e os políticos socialdemocratas se apropriaram e usam o termo de maneira equivocada e problemática. A conversa considera ainda algumas das questões sociais, políticas e econômicas contemporâneas globais, como 'a crise dos refugiados', controle de fronteiras, cidadania e desigualdades socioeconômicas globais.

Palavras-chave: controle de fronteiras; imigração; escravidão moderna; neoliberalismo.

Interview: What’s wrong with ‘modern slavery’?: A conversation between Angelo Martins and Julia O’Connell Davidson

Abstract: In this interview, Angelo Martins Jr dialogues with Professor Julia O’Connell Davidson about her recent book, *Modern Slavery: The Margins of*

¹ Parte desta entrevista foi publicada, pela primeira vez, pela revista *Theory, Culture & Society*, em 2016, traduzida pela Profa. Dra. Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB/Cecult-Mesclas). Agradecemos a gentileza do corpo editorial para a tradução e publicação brasileira.

Freedom (2015). The interview further discusses some of the most prominent (and often controversial) topics examined by O'Connell Davidson's book, such as her understanding of modern slavery and her critique on (and consequences of) how anti-slavery movements, NGOs and right-wing and social democratic media and politicians have mistakenly appropriated and used the term. The interview further considers some of the global contemporary social, political and economic issues, such as 'the refugee crisis', border control, citizenship and global socio-economic inequalities.

Keywords: border control; immigration; modern slavery; neoliberalism.

Resumen: En esta conversación, Angelo Martins Jr. habla con Julia O'Connell Davidson sobre su libro 'Modern Slavery: the Margins of Freedom (2015). La charla también discute algunos de los temas más importantes (y a menudo controvertidos) examinados en el libro de O'Connell Davidson, como su comprensión de la esclavitud moderna y su crítica sobre (y las consecuencias de) la manera que los movimientos antiesclavistas, ONGs, las organizaciones de derecha, los medios y los políticos socialdemócratas se han apropiado y se han utilizado del término de modo equivocado y problemático. La conversación también considera algunos de los problemas sociales, políticos y económicos globales contemporáneos, como 'la crisis de los refugiados', el control fronterizo, la ciudadanía y las desigualdades socioeconómicas globales.

Palabras clave: control de fronteras; inmigración; esclavitud moderna; neoliberalismo.

Nesta conversa, Angelo Martins Jr. dialoga com Julia O'Connell Davidson sobre seu livro *Modern Slavery: the Margins of Freedom* (2015).

Profa. Dra. Julia O'Connell Davidson é professora titular de Pesquisa Social na *School of Sociology, Politics & International Studies (SPAIS), University of Bristol*. Estudou Sociologia e Psicologia na University of Bath (1982-86) e doutorado no Departamento de Sociologia da *University of Bristol* (1987-91). Recebeu diversos financiamentos de importantes órgãos Europeus. Suas primeiras pesquisas analisaram os efeitos da privatização nas relações de trabalho e emprego na indústria da água no Reino Unido. Mais tarde, ela desenvolveu seu interesse no trabalho e na vida econômica através de pesquisas internacionais sobre: o trabalho sexual; o turismo sexual; trabalho doméstico, migração e mobilidades; e discussões críticas sobre 'tráfico' e 'escravidão moderna'. Com diversos livros e artigos publicados na área seus livros mais recentes incluem *Modern Slavery: The Margins of Freedom* (2015); e *Revisiting Slavery & Antislavery* (2018), ambos publicados pela Palgrave. Co-editora da plataforma *Beyond Trafficking & Slavery* da *openDemocracy*. Atualmente, é coordenadora do projeto *Modern Marronage: the pursuit and practice of freedom in the contemporary world* (2018-2023), financiado pelo *European Research Council*.

Prof. Dr. Angelo Martins Junior é bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia, ambos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em Sociologia pelo *Goldsmiths College*, Universidade de Londres (2016), onde também trabalhou como Professor Associado (2016-2018). Atualmente, atua como pesquisador associado na *School of Sociology, Politics & International Studies (SPAIS)*, Universidade de Bristol, onde coordena o Grupo *Control, Conflict and Resistance*, no Instituto de Pesquisa *Migration, Mobilities Bristol (MMB)*. Membro do Laboratório de Trabalho, Profissões e Mobilidade (UFSCar). Coeditor do material *on-line* das revistas *Theory, Culture & Society* e *Body & Society*. Editor regional do boletim acadêmico Diálogo Global - *International Sociological Association*. Trabalhou em várias pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho, mobilidades, migração e diferenciação social no Brasil e Reino Unido. Autor dos livros *Lives in Motion: Notebooks of an Immigrant in London* (WhyteTracks, 2014) and *Moving Difference: Brazilians in London* (Routledge, 2020). É pesquisador no projeto *Modern Marronage: the pursuit and practice of freedom in the contemporary world* (2018-2023), financiado pelo *European Research Council*.

Angelo Martins Jr: Julia, em seu livro *Modern Slavery: the Margins of Freedom*, você nos apresenta uma análise crítica, histórica e teoricamente engajada do conceito 'escravidão moderna'. Um conceito que tem sido empregado por políticos e ativistas antiescravidão, principalmente no Norte Global, e que envolve fenômenos vários que acabam por ser discutidos sob um mesmo guarda-chuva (tais como: trabalho forçado, servidão por dívida, casamento forçado, tráfico e tráfico sexual). De acordo com os ativistas do Novo Abolicionismo, atualmente, existem 40.3 milhões de pessoas vivendo como 'escravos modernos'. No entanto, como você argumenta em seu livro que, a menos que o conceito 'escravidão moderna' possa de fato ser definido de modo a distingui-lo de outros fenômenos semelhantes ou relacionados (como trabalho precário, dívida,

casamento, migração), ele se apresenta como um conceito esvaziado de sentido. Assim, o uso desta definição, oferecida pelos Novos Abolicionistas, está longe de ser adequada à tarefa de explicar certos fenômenos atuais.

O fato que, na realidade, o termo ‘escravidão moderna’ parece ser algo extremamente vago, e significa que ele oferece uma lente seletiva que limita o entendimento acerca da liberdade humana, além disso, há o fato de que é um termo altamente emotivo, o que acarreta uma vantagem retórica para os debates nos quais as pessoas o põem em prática – da imigração irregular (‘ilegal’), passando pela prostituição até o trabalho infantil. É um termo que também incentiva políticas que buscam abordar ‘situações de escravidão moderna’, de modo isolado das estruturas políticas e econômicas e das desigualdades em que estão inseridas, uma vez que tende a localizar o problema na moralidade individual e/ou nas culturas tradicionais. E isso é muito conveniente para os líderes políticos ocidentais, como você argumenta, Julia. Assim, os que condenam a escravidão moderna, são muitas vezes os mesmos que continuam a autorizar as formas de violência, a coerção e a exploração sancionadas pelo Estado, como o complexo industrial prisional e a detenção de imigrantes.

Os professores e pesquisadores Julia O’Connell-Davidson e Angelo Martins Junior (junto com Sam Okyere e José Nafafe) estão, no momento, trabalhando no projeto de cinco anos, *Modern Marronage: the pursuit and practice of freedom in the contemporary world* (2018-2023), financiado pelo *European Research Council* (ERC), o qual mantém a discussão sobre a importância de se levar em consideração a história da escravidão transatlântica na compreensão do contemporâneo. Contudo, os pesquisadores invertem o discurso convencional sobre ‘escravidão moderna’ ao interrogar a questão da liberdade – em oposição à escravidão – no mundo contemporâneo. Assim, ‘marronage’ ou ‘quilombagens’ (práticas e processos em busca da ‘liberdade’ durante a escravidão) torna-se o ponto de partida histórico no desenvolvimento do projeto. Através de trabalho de campo no Brasil, Gana, Jamaica e Europa, com grupos que aparecem no discurso dominante como em situação de risco de ‘escravidão moderna’, os pesquisadores buscam revisitar histórias de ‘marronage/quilombagens’ e outras estratégias pelas quais pessoas escravizadas e recém-emancipadas procuraram se aproximar historicamente da liberdade no mundo atlântico, e questionar que luz elas podem lançar sobre a percepção, busca e prática da liberdade por pessoas marginalizadas e sem direitos no mundo contemporâneo.

Com isso em mente, acho que podemos começar discutindo como e por que decidiu empreender esse projeto de análise crítica da chamada ‘escravidão moderna’?

Julia O’Connell Davidson: Desde o início do século XXI, fiquei profundamente preocupada com o fato de que as medidas projetadas para controlar e impedir a migração (incluindo o crescente uso de detenção de imigrantes, com fins lucrativos, e a deportação, até mesmo a deportação de crianças desacompanhadas), e/ou criminalizar a prostituição, estavam sendo apresentados como parte de um nobre esforço para promover os direitos humanos, combatendo o chamado ‘tráfico de pessoas’. Essa tendência foi reforçada por declarações sobre o tráfico de pessoas como uma ‘escravidão

moderna'. Da mesma forma, invocar a linguagem da escravidão funcionou para interromper o debate político sobre os controles estatais, cada vez mais severos e violentos, sobre a mobilidade humana e, frequentemente, sobre profissionais do sexo. Uma vez que você diz "Estamos fazendo x, y ou z para erradicar o tráfico de escravos", quem se atreverá a discutir com você? Se é escravidão, até as respostas mais draconianas parecem justificáveis.

A sensação real é de que a conversa superficial sobre a escravidão custa vidas. Neste sentido, a minha preocupação voltava-se às novas ONGs antiescravidão que surgiram no hemisfério norte a partir de 2000. Elas estavam sendo realmente descuidadas no debate sobre escravidão moderna. Pior, as organizações de Novos Abolicionistas (como *Free the Slaves, Not For Sale, Walk Free Foundation*)² têm sido muito eficazes em espalhar e popularizar sua conversa descuidada sobre a 'escravidão moderna'. Suas reivindicações (como "existem mais escravos hoje do que em qualquer outro momento da história", "o custo médio de um escravo é de cerca de US \$ 90", "a Índia tem a maior população de escravos do mundo") são regurgitadas de forma ampla e acrítica. Frequentemente, jornalistas e políticos empregam esta retórica abolicionista quando falam de tráfico e de 'escravidão moderna'. Porém, grande parte daquilo que os Novos Abolicionistas apresentam como fato sobre 'escravidão moderna' não resiste ao escrutínio acadêmico e é fortemente carregado de ideologias (desde a sua definição de escravidão, apenas para iniciar a conversa, assim como são elaboradas as linhas entre o trabalho precário e o trabalho forçado, o endividamento comum e a servidão por dívida, o casamento patriarcal e o casamento forçado, o contrabando e o tráfico). Portanto, um dos objetivos do livro foi o de tentar expor e de criticar suposições políticas e morais, assim como os julgamentos de valor que sustentam as reivindicações destes grupos e, mais amplamente, de tentar criticamente expor e esvaziar o discurso da 'escravidão moderna', na maneira como ele é aplicado às formas contemporâneas de exploração, violência e subordinação.

Além disso, observo e discordo da visão historicamente distorcida acerca da escravidão destes Novos Abolicionistas e quero, ainda, chamar a atenção para um corpo de saberes incrivelmente rico, matizado e interdisciplinar sobre a escravidão transatlântica que, na verdade, fala poderosamente sobre questões acerca da dominação e da falta de liberdade no mundo contemporâneo. Portanto, o outro ponto de partida do projeto foi perguntar o que poderíamos aprender sobre a vida social e política contemporânea, pensando mais seriamente sobre a escravidão transatlântica e a sua herança viva. Porque, se nós olharmos para o que está por trás da fábula vitoriosa, na qual a ascensão da sociedade liberal moderna é uma história de liberdade ampla e para todos, e pensarmos, seriamente, no fato de que a escravidão transatlântica emergiu e floresceu ao lado do desenvolvimento das sociedades liberais modernas (que é dizer que se reconhecermos que a escravidão transatlântica **era** escravidão moderna), veremos questões importantes que serão postas sobre quando e por que certas

² Essas e muitas outras ONGs antiescravagistas foram fundadas, especialmente nos Estados Unidos e em outros países do norte, a partir dos anos 2000. Elas recebem investimentos de fundos, organizações internacionais e magnatas, como Andrew Forrest - empresário da mineração, homem mais rico da Austrália e financiador da Fundação *Walk Free*.

práticas e relações profundamente **iliberais** podem ser toleradas nas modernas sociedades liberais.

Angelo Martins Jr: Ao fazer esse exercício de retornar aos estudos sobre a escravidão transatlântica, você destaca a complexa relação entre estrutura e agência. Na realidade, nos vários temas discutidos ao longo do livro, há uma confrontação da afirmação dos Novos Abolicionistas em que, para os quais, é possível perder ou ser destituído de livre arbítrio e de agência, e que a escravidão é definida pela redução de pessoas a coisas. Seu trabalho, no geral, envolve sempre uma tentativa de romper com um conjunto de dicotomias – como pessoa/coisa, objeto/sujeito – temas que são presentes tanto nas teorias liberais clássicas quanto nos discursos dos Novos Abolicionistas. Você poderia aprofundar a discussão desse complexo relacionamento e das teorias que a ajudaram a compreender o tema?

Julia O'Connell Davidson: Há uma abundância de teorias – marxista, feminista, de crítica racial e pós-colonial – que nos ajudam a pensar criticamente sobre a tendência liberal que entende a ordem social e política em termos binários. A dificuldade é sempre como alinhar, simultaneamente, as ideias de diferentes tradições. Além de me inspirar em teóricos que tentam resolver esse problema (como os trabalhos de Angela Davis, 1981; Nirmal Puwar, 2004; Laura Brace, 2004; Gurminder Bhambra, 2007; Kathi Weeks, 2011, para citar alguns), descobri estudos críticos recentes, que foram incrivelmente esclarecedores, sobre a escravidão transatlântica, escritos por escravos libertos e fugitivos. Uma coisa que percebemos é que, ainda que o horror singular da escravidão tenha sido amplamente considerado pela redução de seres humanos em propriedades (que converte 'pessoas em coisas', como diz um dos fundadores da Sociedade Antiescravidão Americana), a escravidão transatlântica, na verdade, implicava em algo ainda mais terrível.

Os escravizados receberam, nas palavras de Saidiya Hartman (1997), um 'caráter duplo', como coisas e como pessoas. Sim, eles foram comprados, vendidos, hipotecados, herdados e presenteados como propriedade. Contudo, eles também foram reconhecidos como pessoas de acordo com leis que os consideravam como agentes humanos criminalmente culpáveis. Ao contrário do gado, com o qual eram rotineiramente comparados, eles foram presos, julgados e punidos de forma bárbara e espetacular quando transgrediram as leis que visavam criminalizar sua independência, mobilidade, voz e qualquer esforço para resistir ou para se defender contra o poder dos seus senhores e das pessoas brancas em geral. Essas leis foram imprescindíveis nas sociedades de escravos transatlânticos justamente porque não se pode, literalmente, transformar um ser humano em uma coisa simplesmente ao construí-los como um objeto de propriedade na lei. Os escravizados mantinham sua agência no sentido de que, exceto quando estavam fisicamente acorrentados ou se haviam sido espancados até a inconsciência, cabia a eles escolher o seu curso de ação, decidir se resistiam ou não aos comandos ou, ainda, fugir quando a oportunidade se lhes apresentasse. O conjunto brutal de leis que construiu os escravos como pessoas criminalmente responsáveis foi projetado para tentar tornar mais fácil essa adequação.

Portanto, sem a intervenção do Estado para criar a noção de escravos como **peçoas** (de um tipo particular, inferior e sem direito), os direitos de propriedade dos escravos como **coisas**, em si, seriam vazios. Os escravos poderiam, simplesmente, ter revidado ou fugir – como, é claro, alguns fizeram. Aqui há um exemplo muito claro da visão marxista – e polanyiana³– de que a vida política (Estado, direito, sociedade civil, o domínio no qual os seres humanos são constituídos como pessoas) está integralmente ligada à vida econômica privada e vice-versa (o controle do mercado do qual as pessoas agem para produzir e trocar mercadorias ou coisas). Entretanto, a escravidão também cruzou a dicotomia público/privado que tanto preocupa as teorias feministas, porquanto, ainda que sob o constructo de ser um bem de mercado alienável, escravos transatlânticos foram incorporados como dependentes à vida doméstica do senhor de escravos, juntamente com mulheres, crianças, empregados e aprendizes. Obviamente, os escravos ocupavam uma posição desigual na ordem social composta por esposas brancas, filhos e serviçais, o que nos alerta ao fato de que a ‘raça’ tenha sido um modo particular e absolutamente central pelo qual escravizados foram incorporados tanto no universo doméstico quanto no domínio econômico privado. De fato, a história da escravidão transatlântica nos ajuda a explicar por que o conceito de raça é tão fundamental para a ordem social liberal, até mesmo os próprios termos e categorias que são usados para entendê-la. Por isso que, como coloca Charles Mills (2008, p. 1394), “os mesmos desenvolvimentos da modernidade que trouxeram o liberalismo à existência em um conjunto supostamente geral de normas políticas também trouxeram à existência a raça como um conjunto de restrições e de direitos que governam a aplicação dessas normas”⁴.

Tudo isso é extremamente relevante para os debates sobre estrutura/agência, tanto em relação à história dos escravizados quanto em relação às formas de opressão e de exploração contemporâneas. O que permite que se trabalhe com o *insight* básico de Marx de que as pessoas fazem história, mas não em circunstâncias de sua própria escolha, todavia elas a ‘engrossam’ ao reconhecer a multiplicidade e a complexidade das circunstâncias que constroem cada uma de nossas escolhas. Pense, por exemplo, no fato de que os escravizados forjaram laços afetivos entre si, mesmo que essas conexões não fossem legalmente reconhecidas ou respeitadas. Esses laços com parentes e com a comunidade (que podem ser apresentados como uma evidência surpreendente da agência dos escravos por aqueles que imaginam que os seres humanos são **literalmente** desumanizados uma vez que são legalmente construídos como subpessoas) consistiam, frequentemente, no item que precisava ser ponderado nas decisões sobre conformidade, resistência ou fuga. Como você poderia optar por aproveitar a oportunidade de fugir, se isso significasse deixar seus filhos na prisão da escravidão, por exemplo?

As dolorosas circunstâncias de ser forçado a tomar tais decisões estão documentadas em várias narrativas dos escravos e foram poderosamente

³ O termo é proveniente da obra *The Great Transformation*, de Karl Polanyi.

⁴ ‘the same developments of modernity that brought liberalism into existence as a supposedly general set of political norms also brought race into existence as a set of restrictions and entitlements governing the application of those norms’.

elucidadas por Edlie Wong (2009), revelando como a agência é tanto restringida por estruturas afetivas quanto pelas estruturas econômicas e políticas, destacando as ambiguidades entre escolha e liberdade. E, ao dedicarmos uma maior atenção a essas ambiguidades, é possível reconhecer o imenso peso estrutural da escravidão, além de distinguir e de respeitar a subjetividade política dos escravizados, a qual é expressa no que Stephanie Camp (2004) chamou de ‘cultura oculta da oposição’ e ‘geografias rivais’ – estas criadas por mulheres, crianças e homens escravizados. Essas e outras lições sobre a complexidade do relacionamento entre estrutura e agência podem ser aplicadas a contextos contemporâneos que os Novos Abolicionistas chamam de ‘escravidão moderna’, que é basicamente o que tentei fazer no livro.

Angelo Martins Jr: Em relação a esses grupos que você menciona, nós sabemos que atualmente existe uma série de movimentos antiescravidão, com um impressionante e amplo apelo, vindo do Ocidente próspero (Norte Global) e das elites privilegiadas de países em desenvolvimento. As ações contra a pobreza no mundo ‘não moderno/em desenvolvimento’, por exemplo, tornaram-se uma chave essencial de como os super ricos criam um senso de cidadania global, uma vez que “libertar escravos é algo feliz, barato e ‘todos nós’ podemos ser heróis”. No entanto, isso se baseia no pressuposto de que alguns grupos e algumas sociedades ainda não se uniram totalmente ao ‘mundo moderno’. Nesse sentido, você afirmaria que a luta deles contra a ‘escravidão moderna’ é baseada em um discurso neoliberal (e racial) e que, em vez de pôr um fim à escravidão, na verdade, criam-se subsídios para reproduzir relações hierárquicas e desigualdades socioeconômicas no mundo?

Julia O’Connell Davidson: Bem, talvez mais para legitimar do que reproduzir ativamente, mas sim. Penso que ONGs como *Free the Slaves* e *Walk Free*, cuja completa **razão de ser**⁵ é liderar um movimento popular contra a ‘escravidão moderna’, encaixam-se perfeitamente ao que Teju Cole (2012) nomeia como ‘complexo industrial do salvador branco’. Eles mantêm, explicitamente, uma contínua narrativa de transição colonial, na qual a escravidão por dívida e o trabalho escravo no subcontinente indiano, por exemplo, são apresentados como um problema de pessoas presas em suas culturas tradicionais e a solução virá pelos ocidentais brancos que os ajudarão no caminho do desenvolvimento econômico e da modernização. No entanto, a maior parte das pesquisas sérias sugere que as configurações de falta de liberdade, experimentadas pelos trabalhadores do setor informal, dos quais eles estão falando, são o resultado da geminação **contemporânea** de políticas neoliberais de ajuste estrutural junto às estratégias de industrialização orientadas para a exportação nos países em desenvolvimento do Sul Global. Isso intensificou os processos de desapropriação de terras, levando ao aumento da migração interna, muitas vezes sazonal e, também, incentivou a expansão de um setor econômico informal, não sindicalizado e desprotegido.

⁵ Do francês *raison d’être*.

Então, quando olhamos para esses grupos de trabalhadores, estamos vendo uma das muitas faces do capitalismo neoliberal contemporâneo; estamos observando os efeitos do ‘capitalismo sem cadeias’ e não do espectro milenar de alguma prática tradicional semelhante à escravidão. O problema deles não é que a tradição ou o *status* de escravo os tenha impedido de circular livremente no mercado de trabalho, a questão é que eles não têm proteção social **contra** o mercado e carecem de direitos e de amparo como **trabalhadores**. A solução para isso nunca foi oferecida por campanhas em favor da abolição da escravidão e, certamente, também isto não repousa nas forças poderosíssimas que se mobilizam em favor de uma maior liberalização dos mercados. Portanto, nesse sentido, vejo o Novo Abolicionismo como, na melhor das hipóteses, irrelevante para o problema e, na pior, como fornecendo apoio ideológico às políticas que realmente protegem os interesses das poderosas elites globais, não aqueles que estão no patamar mais fundo das reformas econômicas neoliberais.

Outro ponto importante sobre as políticas raciais do Novo Abolicionismo é que, embora a escravidão transatlântica seja apresentada por um comparativo histórico de formas contemporâneas de opressão e violência – o que de fato têm pouca ou nenhuma semelhança com ela –, o discurso da ‘escravidão moderna’ também ignora as formas contemporâneas de escravidão, exclusão e violência que *são*, de fato, produtos diretos da escravidão transatlântica. Nos EUA, por exemplo, a ‘vida após a morte’ da escravidão transatlântica é o tempo presente no qual as vidas negras continuam a ser desvalorizadas e ameaçadas. Isso ocorre de modo vívido, especialmente no complexo industrial carcerário americano – conforme ilustrado pelo livro de Dennis Childs (2015), *Slaves of the State* –, onde estas milhões de vítimas não estão presentes nas listas de chamada dos ‘escravos modernos’, das quais as organizações como a *Walk Free* e *Free the Slaves* desejam emancipar. Portanto, a conversa sobre ‘escravidão moderna’ trabalha para ocultar tanto os sistemas de dominação racial como os de classe.

Angelo Martins Jr: Ou seja, o discurso sobre ‘escravidão moderna’ acaba também entrando na lógica neoliberal que ‘enterra viva’ (GOLDBERG; GIROUX, 2014) estruturas sociais, políticas e econômicas (alocando o problema nas mãos dos indivíduos e em suas culturas tradicionais). Nesse sentido, gostaria que continuasse desenvolvendo a relação entre a ‘escravidão moderna’ e o Estado. Como o discurso sobre a ‘escravidão moderna’ desempenha um papel importante ao justificar ações extremamente violentas do Estado nas fronteiras e no controle de imigrantes, cujo resultado são milhares de mortes e detenções nos estados democráticos liberais?

Julia O’Connell Davidson: Políticos da Europa, Austrália e América do Norte rotineiramente usam os termos ‘tráfico de pessoas’ e ‘contrabando de pessoas’ de forma intercambiável e, frequentemente, os descrevem como sendo um ‘tráfico de escravos dos dias modernos’. Agora, obviamente, é verdade que as jornadas de muitas pessoas para as regiões ricas e politicamente estáveis são horríveis, mas o paralelo entre o comércio transatlântico de escravos e a migração irregular hoje é francamente ridículo. As vítimas africanas do comércio transatlântico de escravos não queriam se mudar para o Novo Mundo, enquanto as pessoas

descritas como vítimas de um ‘comércio moderno de escravos’ desejam migrar urgentemente, invariavelmente por razões imperiosas. O comércio transatlântico de escravos foi legalmente sancionado pelos estados, seguro e financiado por empresas legítimas e totalmente integrado à economia formal das nações que comercializam os escravos. O que enriqueceu cidades inteiras e indivíduos particulares. O que é hoje descrito como um ‘tráfico de escravos moderno’ envolve atividades em pequena escala, informais e criminalizadas. O comércio transatlântico de escravos arrancou essas vítimas de suas famílias. Muitas pessoas descritas como vítimas de um ‘tráfico de escravos moderno’ estão viajando com suas famílias ou tentando se juntar aos parentes que já estão no exterior. E, finalmente, onde o comércio transatlântico de escravos, de forma inevitável e invariavelmente, levou a um resultado terrível – escravatura – o chamado ‘comércio de escravos dos dias modernos’, na maioria das vezes, serve para transportar as pessoas para condições mais seguras e/ou mais desejáveis do que as condições que eles deixaram. Portanto, as pessoas estão dispostas a assumir os enormes riscos e custos associados à migração não autorizada.

Se nós quisermos traçar um paralelo entre o que está acontecendo hoje e a história da escravidão transatlântica, então, em vez de considerar o movimento forçado dos africanos **na** escravatura, seria melhor analisar os esforços dos escravos transatlânticos em **fugir da** escravidão, bem como as técnicas empregadas pelos ‘Estados escravagistas’ para os impedir disso. Aqui as semelhanças entre passado e presente são marcadas. De fato, praticamente todas as técnicas que são usadas pelos estados contemporâneos para controlar e impedir o movimento indesejado de populações específicas (passaportes, patrulhas, cercas, muros e postos de controle até sanções de transportadoras) foram criadas e/ou utilizadas por estados que buscavam controlar a mobilidade de escravos. E, assim como os escravos americanos fugitivos no século XIX, frequentemente, tentavam escapar a estes controles, fazendo viagens longas e perigosas a pé e/ou buscando ajuda de guias e de contrabandistas (que, às vezes, os salvavam, mas, noutras, os traíam), hoje são as violentas ações fronteiriças de estados democráticos liberais que levam as pessoas a fazer viagens difíceis e arriscadas, assim como buscar os serviços e a proteção dos contrabandistas.

Parece-me que muitos políticos europeus, norte-americanos e australianos estão firmemente agarrados ao discurso do ‘tráfico como escravidão moderna’, precisamente porque lhes permite enterrar a violência, assim como as violentas consequências dos regimes de imigração, em uma narrativa individual sobre imoralidade e criminalidade, e absolver os estados da responsabilidade moral dos controles letais das fronteiras.

Angelo Martins Jr: Nesse sentido, você diria então que os modos pelos quais mídia, políticos, acadêmicos e ONGs têm retratado a crise dos refugiados, na Europa, funcionam de maneira análoga ao discurso da ‘escravidão moderna’ e sua funcionalidade para as ações do Estado? A atual luta contra ‘a crise dos refugiados’ também seria um ‘discurso duplo que é visto como parte de uma luta para assegurar os direitos humanos fundamentais, em vez de implicar uma violação desses direitos’?

Julia O'Connell Davidson: Absolutamente, no caso de acadêmicos convencionais e ONGs, assim como da mídia e dos políticos socialdemocratas e da Direita. Pense nas imagens de crianças afogadas nas praias europeias, de pais lutando para cuidar de bebês recém-nascidos em acampamentos imundos e gelados, de pessoas em greve de fome nas fronteiras, os lábios costurados, os torsos estampados com as palavras “Salve-me ou atire em mim!”. Os governos europeus poderiam facilmente evitar todo esse sofrimento derrubando as fronteiras e desterritorializando os direitos que, agora, estão ligados à cidadania e à residência. Mas eles não o farão, porque significaria render-se a certos poderes que, atualmente, estão enquadrados como essenciais para a Soberania. Portanto, para preservar essa versão de uma Soberania do Estado, violações extensas e grosseiras são ativamente perpetradas, algo que, em outros contextos, seria entendido como transgressão dos direitos humanos básicos e universais, algo que não é meramente tolerado pelos estados da União Europeia.

Em vários países da União Europeia, houve fortes reações populares contra a insensibilidade das políticas de imigração, de asilo e da mortalidade nos controles de fronteira, este é um momento político onde se revela a imensa e violenta falta de generosidade que os estados liberais são capazes, o que pode, potencialmente, ser questionado e desafiado. Nós poderíamos estar nos mobilizando politicamente contra o fosso que há entre os direitos abstratos declarados dos seres humanos para o reconhecimento desses direitos, como fez o movimento antiescravidão original. Mas esse espaço político está fechado por discursos em que o liberalismo é construído como se estivesse sob ameaça, seja de terroristas ou ‘traficantes’ e ‘traficantes de escravos modernos’, ou as ‘hordas’ de migrantes e de refugiados que vão nos afogar com a suas demandas infinitas por moradia, saúde, empregos e educação. Então sim, penso que o retrato do que está acontecendo nas fronteiras como uma **crise** para a União Europeia, que, de fato, poderia acomodar prontamente o número de pessoas que tentam entrar pelo Mediterrâneo e pelos Balcãs (ROTH, 2015), é análogo ao discurso da ‘escravidão moderna’ (também como o da ‘Guerra ao Terror’). Estes são todos os enquadramentos que apagam contradições visíveis entre os princípios fundadores de estados democráticos liberais e os meios empregados para defender o poder do Estado. Portanto, no caso da chamada ‘crise de refugiados’, assim como no tráfico, práticas violentas e **iliberais** na fronteira são apresentadas como necessidades lamentáveis para ‘nossa’ própria sobrevivência e se tornam politicamente incontestáveis.

Mais uma vez, a história da escravidão transatlântica pode ter algo a nos ensinar, porque, na atualidade, a ansiedade expressa sobre imigração possui fortes ecos das preocupações do século XIX quanto à ameaça que a abolição da escravidão representaria para a ordem social liberal. Pensadores pró-escravidão americanos predisseram seu colapso total e até os brancos que, em princípio, se opunham à escravidão, muitas vezes, temiam que a abolição trouxesse terríveis consequências econômicas e sociais (queda dos salários dos trabalhadores brancos, colapso das indústrias, perda dos privilégios dos brancos, distúrbios raciais etc.). Tais medos eram equivocados – provou-se que é perfeitamente possível sustentar um sistema de dominação racial na ausência de escravidão. Nesse sentido, a história da abolição não nos fornece um modelo muito

esperançoso. Entretanto, pelo menos, demonstra que as estruturas e as hierarquias sociais que se revelam para a grande maioria da população como absolutamente inevitáveis e totalmente inalteráveis – como a escravidão uma vez o fez e, agora, as fronteiras – **podem** ser derrubadas. Talvez, aqueles de nós que querem ver o fim das fronteiras possam tomar coragem, mas também reconheçam que mesmo essa mudança imensa e positiva não significaria, por si só, soletrar a liberdade. A história pós-abolição sublinha a necessidade de lutas políticas coletivas contínuas em torno de raça, gênero, classe, casta, sexualidade, deficiência e idade; e esforços ininterruptos para entender e abordar suas complexas interseções. Ou seja, há vários paralelos entre a escravidão transatlântica e o mundo contemporâneo, mas não na forma como são superficialmente oferecidos pelo discurso de ‘escravidão moderna’.

REFERÊNCIAS

BHAMBRA, Gurinder. *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

BRACE, Laura. *The Politics of Property: freedom and belonging*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

CAMP, Stephanie. *Closer to Freedom*. London: University of North Carolina Press, 2004.

CHILDS, Dennis. *Slaves of the State*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

COLE, Teju. The white savior industrial complex. *The Atlantic*, 21 mar. 2012.

Disponível em:

<<http://www.theatlantic.com/international/archive/2012/03/the-white-saviorindustrialcomplex/254843/2/>>.

DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. New York: Random House, 1981.

GOLDBERG, David Theo; GIROUX, Susan Searls. *Sites of Race: Conversations with Susan Searls Giroux*. Cambridge: Polity Press, 2014.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery and Self-Making in Nineteenth Century America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MILLS, Charles. Racial Liberalism. *PMLA*, Special Topic: Comparative Racialization, v. 123, n° 5, out. 2008, p. 1380-1397.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 2001.

PUWAR, Nirmal. *Space Invaders: Gender, Race and Bodies out of Place*. Oxford: Berg, 2004.

ROTH, Kenneth. The refugee crisis that isn't. *Huffington Post*, 03 set. 2015. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/kenneth-roth/the-refugee-crisis-that-isnt_b_8079798.html>

WEEKS, Kathi. *The Problem with Work*. London: Duke University Press, 2001.

WONG, Edlie. *Neither Fugitive Nor Free*. New York: New York University Press, 2009.

Nesta conversa, Angelo Martins Jr. dialoga com Julia O'Connell Davidson sobre seu livro *Modern Slavery: the Margins of Freedom* (2015).

Profa. Dra. Julia O'Connell Davidson é professora titular de Pesquisa Social na *School of Sociology, Politics & International Studies (SPAIS), University of Bristol*. Estudou Sociologia e Psicologia na University of Bath (1982-86) e doutorado no Departamento de Sociologia da *University of Bristol* (1987-91). Recebeu diversos financiamentos de importantes órgãos Europeus. Suas primeiras pesquisas analisaram os efeitos da privatização nas relações de trabalho e emprego na indústria da água no Reino Unido. Mais tarde, ela desenvolveu seu interesse no trabalho e na vida econômica através de pesquisas internacionais sobre: o trabalho sexual; o turismo sexual; trabalho doméstico, migração e mobilidades; e discussões críticas sobre 'tráfico' e 'escravidão moderna'. Com diversos livros e artigos publicados na área seus livros mais recentes incluem *Modern Slavery: The Margins of Freedom* (2015); e *Revisiting Slavery & Antislavery* (2018), ambos publicados pela Palgrave. Co-editora da plataforma *Beyond Trafficking & Slavery* da *openDemocracy*. Atualmente, é coordenadora do projeto *Modern Marronage: the pursuit and practice of freedom in the contemporary world* (2018-2023), financiado pelo *European Research Council*.

Prof. Dr. Angelo Martins Junior é bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia, ambos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em Sociologia pelo *Goldsmiths College*, Universidade de Londres (2016), onde também trabalhou como Professor Associado (2016-2018). Atualmente, atua como pesquisador associado na *School of Sociology, Politics & International Studies (SPAIS)*, Universidade de Bristol, onde coordena o Grupo *Control, Conflict and Resistance*, no Instituto de Pesquisa *Migration, Mobilities Bristol (MMB)*. Membro do Laboratório de Trabalho, Profissões e Mobilidade (UFSCar). Coeditor do material *on-line* das revistas *Theory, Culture & Society* e *Body & Society*. Editor regional do boletim acadêmico Diálogo Global - *International Sociological Association*. Trabalhou em várias pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho, mobilidades, migração e diferenciação social no Brasil e Reino Unido. Autor dos livros *Lives in Motion: Notebooks of an Immigrant in London* (WhyteTracks, 2014) and *Moving Difference: Brazilians in London* (Routledge, 2020). É pesquisador no projeto *Modern Marronage: the pursuit and practice of freedom in the contemporary world* (2018-2023), financiado pelo *European Research Council*.

Angelo Martins Jr: Julia, em seu livro *Modern Slavery: the Margins of Freedom*, você nos apresenta uma análise crítica, histórica e teoricamente engajada do conceito 'escravidão moderna'. Assim como foi empregado um conceito que tem sido empregado por políticos e ativistas antiescravidão, principalmente no Norte Global, e que envolve fenômenos vários que acabam por ser discutidos sob um mesmo guarda-chuva (tais como: trabalho forçado, servidão por dívida, casamento forçado, tráfico e tráfico sexual). De acordo com os ativistas do Novo Abolicionismo, atualmente, existem 40,3 milhões de pessoas vivendo como 'escravos modernos'. No entanto, como você argumenta em seu livro que, a menos que o conceito 'escravidão moderna' possa de fato ser definido de modo a distingui-lo de outros fenômenos semelhantes ou relacionados (como trabalho

precário, dívida, casamento, migração), ele se apresenta como um conceito esvaziado de sentido. Assim, o uso desta definição, oferecida pelos Novos Abolicionistas, está longe de ser adequada à tarefa de explicar certos fenômenos atuais.

O fato que, na realidade, o termo ‘escravidão moderna’ parece ser algo extremamente vago, e significa que ele oferece uma lente seletiva que limita o entendimento acerca da liberdade humana, além disso, há o fato de que é um termo altamente emotivo, o que acarreta uma vantagem retórica para os debates nos quais as pessoas o põem em prática – da imigração irregular (‘ilegal’), passando pela prostituição até o trabalho infantil. É um termo que também incentiva políticas que buscam abordar ‘situações de escravidão moderna’, de modo isolado das estruturas políticas e econômicas e das desigualdades em que estão inseridas, uma vez que tende a localizar o problema na moralidade individual e/ou nas culturas tradicionais. E isso é muito conveniente para os líderes políticos ocidentais, como você argumenta, Julia. Assim, os que condenam a escravidão moderna, são muitas vezes os mesmos que continuam a autorizar as formas de violência, a coerção e a exploração sancionadas pelo Estado, como o complexo industrial prisional e a detenção de imigrantes.

Os professores e pesquisadores Julia O’Connell-Davidson e Angelo Martins Junior (junto com Sam Okyere e José Nafafe) estão, no momento, trabalhando no projeto de cinco anos, *Modern Marronage: the pursuit and practice of freedom in the contemporary world* (2018-2023), financiado pelo *European Research Council* (ERC), o qual mantém a discussão sobre a importância de se levar em consideração a história da escravidão transatlântica na compreensão do contemporâneo. Contudo, os pesquisadores invertem o discurso convencional sobre ‘escravidão moderna’ ao interrogar a questão da liberdade – em oposição à escravidão – no mundo contemporâneo. Assim, ‘marronage’ ou ‘quilombagens’ (práticas e processos em busca da ‘liberdade’ durante a escravidão) torna-se o ponto de partida histórico no desenvolvimento do projeto. Através de trabalho de campo no Brasil, Gana, Jamaica e Europa, com grupos que aparecem no discurso dominante como em situação de risco de ‘escravidão moderna’, os pesquisadores buscam revisitar histórias de ‘marronage/quilombagens’ e outras estratégias pelas quais pessoas escravizadas e recém-emancipadas procuraram se aproximar historicamente da liberdade no mundo atlântico, e questionar que luz elas podem lançar sobre a percepção, busca e prática da liberdade por pessoas marginalizadas e sem direitos no mundo contemporâneo.

Com isso em mente, acho que podemos começar discutindo como e por que decidiu empreender esse projeto de análise crítica da chamada ‘escravidão moderna’?

Julia O’Connell Davidson: Desde o início do século XXI, fiquei profundamente preocupada com o fato de que as medidas projetadas para controlar e impedir a migração (incluindo o crescente uso de detenção de imigrantes, com fins lucrativos, e a deportação, até mesmo a deportação de crianças desacompanhadas), e/ou criminalizar a prostituição, estavam sendo apresentados como parte de um nobre esforço para promover os direitos humanos, combatendo o chamado ‘tráfico de pessoas’. Essa tendência foi

reforçada por declarações sobre o tráfico de pessoas como uma ‘escravidão moderna’. Da mesma forma, invocar a linguagem da escravidão funcionou para interromper o debate político sobre os controles estatais, cada vez mais severos e violentos, sobre a mobilidade humana e, frequentemente, sobre profissionais do sexo. Uma vez que você diz “Estamos fazendo x, y ou z para erradicar o tráfico de escravos”, quem se atreverá a discutir com você? Se é escravidão, até as respostas mais draconianas parecem justificáveis.

A sensação real é de que a conversa superficial sobre a escravidão custa vidas. Neste sentido, a minha preocupação voltava-se às novas ONGs antiescravidão que surgiram no hemisfério norte a partir de 2000. Elas estavam sendo realmente descuidadas no debate sobre escravidão moderna. Pior, as organizações de Novos Abolicionistas (como *Free the Slaves*, *Not For Sale*, *Walk Free Foundation*)² têm sido muito eficazes em espalhar e popularizar sua conversa descuidada sobre a ‘escravidão moderna’. Suas reivindicações (como “existem mais escravos hoje do que em qualquer outro momento da história”, “o custo médio de um escravo é de cerca de US \$ 90”, “a Índia tem a maior população de escravos do mundo”) são regurgitadas de forma ampla e acrítica. Frequentemente, jornalistas e políticos empregam esta retórica abolicionista quando falam de tráfico e de ‘escravidão moderna’. Porém, grande parte daquilo que os Novos Abolicionistas apresentam como fato sobre ‘escravidão moderna’ não resiste ao escrutínio acadêmico e é fortemente carregado de ideologias (desde a sua definição de escravidão, apenas para iniciar a conversa, assim como são elaboradas as linhas entre o trabalho precário e o trabalho forçado, o endividamento comum e a servidão por dívida, o casamento patriarcal e o casamento forçado, o contrabando e o tráfico). Portanto, um dos objetivos do livro foi o de tentar expor e de criticar suposições políticas e morais, assim como os julgamentos de valor que sustentam as reivindicações destes grupos e, mais amplamente, de tentar criticamente expor e esvaziar o discurso da ‘escravidão moderna’, na maneira como ele é aplicado às formas contemporâneas de exploração, violência e subordinação.

Além disso, observo e discordo da visão historicamente distorcida acerca da escravidão destes Novos Abolicionistas e quero, ainda, chamar a atenção para um corpo de saberes incrivelmente rico, matizado e interdisciplinar sobre a escravidão transatlântica que, na verdade, fala poderosamente sobre questões acerca da dominação e da falta de liberdade no mundo contemporâneo. Portanto, o outro ponto de partida do projeto foi perguntar o que poderíamos aprender sobre a vida social e política contemporânea, pensando mais seriamente sobre a escravidão transatlântica e a sua herança viva. Porque, se nós olharmos para o que está por trás da fábula vitoriosa, na qual a ascensão da sociedade liberal moderna é uma história de liberdade ampla e para todos, e pensarmos, seriamente, no fato de que a escravidão transatlântica emergiu e floresceu ao lado do desenvolvimento das sociedades liberais modernas (que é dizer que se reconhecermos que a escravidão transatlântica **era** escravidão moderna), veremos questões importantes que serão postas sobre quando e por que certas

² Essas e muitas outras ONGs antiescravagistas foram fundadas, especialmente nos Estados Unidos e em outros países do norte, a partir dos anos 2000. Elas recebem investimentos de fundos, organizações internacionais e magnatas, como Andrew Forrest - empresário da mineração, homem mais rico da Austrália e financiador da Fundação *Walk Free*.

práticas e relações profundamente **iliberais** podem ser toleradas nas modernas sociedades liberais.

Angelo Martins Jr: Ao fazer esse exercício de retornar aos estudos sobre a escravidão transatlântica, você destaca a complexa relação entre estrutura e agência. Na realidade, nos vários temas discutidos ao longo do livro, há uma confrontação da afirmação dos Novos Abolicionistas em que, para os quais, é possível perder ou ser destituído de livre arbítrio e de agência, e que a escravidão é definida pela redução de pessoas a coisas. Seu trabalho, no geral, envolve sempre uma tentativa de romper com um conjunto de dicotomias – como pessoa/coisa, objeto/sujeito – temas que são presentes tanto nas teorias liberais clássicas quanto nos discursos dos Novos Abolicionistas. Você poderia aprofundar a discussão desse complexo relacionamento e das teorias que a ajudaram a compreender o tema?

Julia O'Connell Davidson: Há uma abundância de teorias – marxista, feminista, de crítica racial e pós-colonial – que nos ajudam a pensar criticamente sobre a tendência liberal que entende a ordem social e política em termos binários. A dificuldade é sempre como alinhar, simultaneamente, as ideias de diferentes tradições. Além de me inspirar em teóricos que tentam resolver esse problema (como os trabalhos de Angela Davis, 1981; Nirmal Puwar, 2004; Laura Brace, 2004; Gurminder Bhambra, 2007; Kathi Weeks, 2011, para citar alguns), descobri estudos críticos recentes, que foram incrivelmente esclarecedores, sobre a escravidão transatlântica, escritos por escravos libertos e fugitivos. Uma coisa que percebemos é que, ainda que o horror singular da escravidão tenha sido amplamente considerado pela redução de seres humanos em propriedades (que converte 'pessoas em coisas', como diz um dos fundadores da Sociedade Antiescravidão Americana), a escravidão transatlântica, na verdade, implicava em algo ainda mais terrível.

Os escravizados receberam, nas palavras de Saidiya Hartman (1997), um 'caráter duplo', como coisas e como pessoas. Sim, eles foram comprados, vendidos, hipotecados, herdados e presenteados como propriedade. Contudo, eles também foram reconhecidos como pessoas de acordo com leis que os consideravam como agentes humanos criminalmente culpáveis. Ao contrário do gado, com o qual eram rotineiramente comparados, eles foram presos, julgados e punidos de forma bárbara e espetacular quando transgrediram as leis que visavam criminalizar sua independência, mobilidade, voz e qualquer esforço para resistir ou para se defender contra o poder dos seus senhores e das pessoas brancas em geral. Essas leis foram imprescindíveis nas sociedades de escravos transatlânticos justamente porque não se pode, literalmente, transformar um ser humano em uma coisa simplesmente ao construí-los como um objeto de propriedade na lei. Os escravizados mantinham sua agência no sentido de que, exceto quando estavam fisicamente acorrentados ou se haviam sido espancados até a inconsciência, cabia a eles escolher o seu curso de ação, decidir se resistiam ou não aos comandos ou, ainda, fugir quando a oportunidade se lhes apresentasse. O conjunto brutal de leis que construiu os escravos como pessoas criminalmente responsáveis foi projetado para tentar tornar mais fácil essa adequação.

Portanto, sem a intervenção do Estado para criar a noção de escravos como **peçoas** (de um tipo particular, inferior e sem direito), os direitos de propriedade dos escravos como **coisas**, em si, seriam vazios. Os escravos poderiam, simplesmente, ter revidado ou fugir – como, é claro, alguns fizeram. Aqui há um exemplo muito claro da visão marxista – e polanyiana³– de que a vida política (Estado, direito, sociedade civil, o domínio no qual os seres humanos são constituídos como pessoas) está integralmente ligada à vida econômica privada e vice-versa (o controle do mercado do qual as pessoas agem para produzir e trocar mercadorias ou coisas). Entretanto, a escravidão também cruzou a dicotomia público/privado que tanto preocupa as teorias feministas, porquanto, ainda que sob o constructo de ser um bem de mercado alienável, escravos transatlânticos foram incorporados como dependentes à vida doméstica do senhor de escravos, juntamente com mulheres, crianças, empregados e aprendizes. Obviamente, os escravos ocupavam uma posição desigual na ordem social composta por esposas brancas, filhos e serviçais, o que nos alerta ao fato de que a ‘raça’ tenha sido um modo particular e absolutamente central pelo qual escravizados foram incorporados tanto no universo doméstico quanto no domínio econômico privado. De fato, a história da escravidão transatlântica nos ajuda a explicar por que o conceito de raça é tão fundamental para a ordem social liberal, até mesmo os próprios termos e categorias que são usados para entendê-la. Por isso que, como coloca Charles Mills (2008, p. 1394), “os mesmos desenvolvimentos da modernidade que trouxeram o liberalismo à existência em um conjunto supostamente geral de normas políticas também trouxeram à existência a raça como um conjunto de restrições e de direitos que governam a aplicação dessas normas”⁴.

Tudo isso é extremamente relevante para os debates sobre estrutura/agência, tanto em relação à história dos escravizados quanto em relação às formas de opressão e de exploração contemporâneas. O que permite que se trabalhe com o *insight* básico de Marx de que as pessoas fazem história, mas não em circunstâncias de sua própria escolha, todavia elas a ‘engrossam’ ao reconhecer a multiplicidade e a complexidade das circunstâncias que constroem cada uma de nossas escolhas. Pense, por exemplo, no fato de que os escravizados forjaram laços afetivos entre si, mesmo que essas conexões não fossem legalmente reconhecidas ou respeitadas. Esses laços com parentes e com a comunidade (que podem ser apresentados como uma evidência surpreendente da agência dos escravos por aqueles que imaginam que os seres humanos são **literalmente** desumanizados uma vez que são legalmente construídos como subpessoas) consistiam, frequentemente, no item que precisava ser ponderado nas decisões sobre conformidade, resistência ou fuga. Como você poderia optar por aproveitar a oportunidade de fugir, se isso significasse deixar seus filhos na prisão da escravidão, por exemplo?

As dolorosas circunstâncias de ser forçado a tomar tais decisões estão documentadas em várias narrativas dos escravos e foram poderosamente

³ O termo é proveniente da obra *The Great Transformation*, de Karl Polanyi.

⁴ *‘the same developments of modernity that brought liberalism into existence as a supposedly general set of political norms also brought race into existence as a set of restrictions and entitlements governing the application of those norms’.*

elucidadas por Edlie Wong (2009), revelando como a agência é tanto restringida por estruturas afetivas quanto pelas estruturas econômicas e políticas, destacando as ambiguidades entre escolha e liberdade. E, ao dedicarmos uma maior atenção a essas ambiguidades, é possível reconhecer o imenso peso estrutural da escravidão, além de distinguir e de respeitar a subjetividade política dos escravizados, a qual é expressa no que Stephanie Camp (2004) chamou de ‘cultura oculta da oposição’ e ‘geografias rivais’ – estas criadas por mulheres, crianças e homens escravizados. Essas e outras lições sobre a complexidade do relacionamento entre estrutura e agência podem ser aplicadas a contextos contemporâneos que os Novos Abolicionistas chamam de ‘escravidão moderna’, que é basicamente o que tentei fazer no livro.

Angelo Martins Jr: Em relação a esses grupos que você menciona, nós sabemos que atualmente existe uma série de movimentos antiescravidão, com um impressionante e amplo apelo, vindo do Ocidente próspero (Norte Global) e das elites privilegiadas de países em desenvolvimento. As ações contra a pobreza no mundo ‘não moderno/em desenvolvimento’, por exemplo, tornaram-se uma chave essencial de como os super ricos criam um senso de cidadania global, uma vez que “libertar escravos é algo feliz, barato e ‘todos nós’ podemos ser heróis”. No entanto, isso se baseia no pressuposto de que alguns grupos e algumas sociedades ainda não se uniram totalmente ao ‘mundo moderno’. Nesse sentido, você afirmaria que a luta deles contra a ‘escravidão moderna’ é baseada em um discurso neoliberal (e racial) e que, em vez de pôr um fim à escravidão, na verdade, criam-se subsídios para reproduzir relações hierárquicas e desigualdades socioeconômicas no mundo?

Julia O’Connell Davidson: Bem, talvez mais para legitimar do que reproduzir ativamente, mas sim. Penso que ONGs como *Free the Slaves* e *Walk Free*, cuja completa **razão de ser**⁵ é liderar um movimento popular contra a ‘escravidão moderna’, encaixam-se perfeitamente ao que Teju Cole (2012) nomeia como ‘complexo industrial do salvador branco’. Eles mantêm, explicitamente, uma contínua narrativa de transição colonial, na qual a escravidão por dívida e o trabalho escravo no subcontinente indiano, por exemplo, são apresentados como um problema de pessoas presas em suas culturas tradicionais e a solução virá pelos ocidentais brancos que os ajudarão no caminho do desenvolvimento econômico e da modernização. No entanto, a maior parte das pesquisas sérias sugere que as configurações de falta de liberdade, experimentadas pelos trabalhadores do setor informal, dos quais eles estão falando, são o resultado da geminação **contemporânea** de políticas neoliberais de ajuste estrutural junto às estratégias de industrialização orientadas para a exportação nos países em desenvolvimento do Sul Global. Isso intensificou os processos de desapropriação de terras, levando ao aumento da migração interna, muitas vezes sazonal e, também, incentivou a expansão de um setor econômico informal, não sindicalizado e desprotegido.

⁵ Do francês *raison d’être*.

Então, quando olhamos para esses grupos de trabalhadores, estamos vendo uma das muitas faces do capitalismo neoliberal contemporâneo; estamos observando os efeitos do ‘capitalismo sem cadeias’ e não do espectro milenar de alguma prática tradicional semelhante à escravidão. O problema deles não é que a tradição ou o *status* de escravo os tenha impedido de circular livremente no mercado de trabalho, a questão é que eles não têm proteção social **contra** o mercado e carecem de direitos e de amparo como **trabalhadores**. A solução para isso nunca foi oferecida por campanhas em favor da abolição da escravidão e, certamente, também isto não repousa nas forças poderosíssimas que se mobilizam em favor de uma maior liberalização dos mercados. Portanto, nesse sentido, vejo o Novo Abolicionismo como, na melhor das hipóteses, irrelevante para o problema e, na pior, como fornecendo apoio ideológico às políticas que realmente protegem os interesses das poderosas elites globais, não aqueles que estão no patamar mais fundo das reformas econômicas neoliberais.

Outro ponto importante sobre as políticas raciais do Novo Abolicionismo é que, embora a escravidão transatlântica seja apresentada por um comparativo histórico de formas contemporâneas de opressão e violência – o que de fato têm pouca ou nenhuma semelhança com ela –, o discurso da ‘escravidão moderna’ também ignora as formas contemporâneas de escravidão, exclusão e violência que *são*, de fato, produtos diretos da escravidão transatlântica. Nos EUA, por exemplo, a ‘vida após a morte’ da escravidão transatlântica é o tempo presente no qual as vidas negras continuam a ser desvalorizadas e ameaçadas. Isso ocorre de modo vívido, especialmente no complexo industrial carcerário americano – conforme ilustrado pelo livro de Dennis Childs (2015), *Slaves of the State* –, onde estas milhões de vítimas não estão presentes nas listas de chamada dos ‘escravos modernos’, das quais as organizações como a *Walk Free* e *Free the Slaves* desejam emancipar. Portanto, a conversa sobre ‘escravidão moderna’ trabalha para ocultar tanto os sistemas de dominação racial como os de classe.

Angelo Martins Jr: Ou seja, o discurso sobre ‘escravidão moderna’ acaba também entrando na lógica neoliberal que ‘enterra viva’ (GOLDBERG; GIROUX, 2014) estruturas sociais, políticas e econômicas (alocando o problema nas mãos dos indivíduos e em suas culturas tradicionais). Nesse sentido, gostaria que continuasse desenvolvendo a relação entre a ‘escravidão moderna’ e o Estado. Como o discurso sobre a ‘escravidão moderna’ desempenha um papel importante ao justificar ações extremamente violentas do Estado nas fronteiras e no controle de imigrantes, cujo resultado são milhares de mortes e detenções nos estados democráticos liberais?

Julia O’Connell Davidson: Políticos da Europa, Austrália e América do Norte rotineiramente usam os termos ‘tráfico de pessoas’ e ‘contrabando de pessoas’ de forma intercambiável e, frequentemente, os descrevem como sendo um ‘tráfico de escravos dos dias modernos’. Agora, obviamente, é verdade que as jornadas de muitas pessoas para as regiões ricas e politicamente estáveis são horríveis, mas o paralelo entre o comércio transatlântico de escravos e a migração irregular hoje é francamente ridículo. As vítimas africanas do comércio transatlântico de escravos não queriam se mudar para o Novo Mundo, enquanto as pessoas

descritas como vítimas de um ‘comércio moderno de escravos’ desejam migrar urgentemente, invariavelmente por razões imperiosas. O comércio transatlântico de escravos foi legalmente sancionado pelos estados, segurado e financiado por empresas legítimas e totalmente integrado à economia formal das nações que comercializam os escravos. O que enriqueceu cidades inteiras e indivíduos particulares. O que é hoje descrito como um ‘tráfico de escravos moderno’ envolve atividades em pequena escala, informais e criminalizadas. O comércio transatlântico de escravos arrancou essas vítimas de suas famílias. Muitas pessoas descritas como vítimas de um ‘tráfico de escravos moderno’ estão viajando com suas famílias ou tentando se juntar aos parentes que já estão no exterior. E, finalmente, onde o comércio transatlântico de escravos, de forma inevitável e invariavelmente, levou a um resultado terrível – escravatura – o chamado ‘comércio de escravos dos dias modernos’, na maioria das vezes, serve para transportar as pessoas para condições mais seguras e/ou mais desejáveis do que as condições que eles deixaram. Portanto, as pessoas estão dispostas a assumir os enormes riscos e custos associados à migração não autorizada.

Se nós quisermos traçar um paralelo entre o que está acontecendo hoje e a história da escravidão transatlântica, então, em vez de considerar o movimento forçado dos africanos **na** escravatura, seria melhor analisar os esforços dos escravos transatlânticos em **fugir da** escravidão, bem como as técnicas empregadas pelos ‘Estados escravagistas’ para os impedir disso. Aqui as semelhanças entre passado e presente são marcadas. De fato, praticamente todas as técnicas que são usadas pelos estados contemporâneos para controlar e impedir o movimento indesejado de populações específicas (passaportes, patrulhas, cercas, muros e postos de controle até sanções de transportadoras) foram criadas e/ou utilizadas por estados que buscavam controlar a mobilidade de escravos. E, assim como os escravos americanos fugitivos no século XIX, frequentemente, tentavam escapar a estes controles, fazendo viagens longas e perigosas a pé e/ou buscando ajuda de guias e de contrabandistas (que, às vezes, os salvavam, mas, noutras, os traíam), hoje são as violentas ações fronteiriças de estados democráticos liberais que levam as pessoas a fazer viagens difíceis e arriscadas, assim como buscar os serviços e a proteção dos contrabandistas.

Parece-me que muitos políticos europeus, norte-americanos e australianos estão firmemente agarrados ao discurso do ‘tráfico como escravidão moderna’, precisamente porque lhes permite enterrar a violência, assim como as violentas consequências dos regimes de imigração, em uma narrativa individual sobre imoralidade e criminalidade, e absolver os estados da responsabilidade moral dos controles letais das fronteiras.

Angelo Martins Jr: Nesse sentido, você diria então que os modos pelos quais mídia, políticos, acadêmicos e ONGs têm retratado a crise dos refugiados, na Europa, funcionam de maneira análoga ao discurso da ‘escravidão moderna’ e sua funcionalidade para as ações do Estado? A atual luta contra ‘a crise dos refugiados’ também seria um ‘discurso duplo que é visto como parte de uma luta para assegurar os direitos humanos fundamentais, em vez de implicar uma violação desses direitos’?

Julia O'Connell Davidson: Absolutamente, no caso de acadêmicos convencionais e ONGs, assim como da mídia e dos políticos socialdemocratas e da Direita. Pense nas imagens de crianças afogadas nas praias europeias, de pais lutando para cuidar de bebês recém-nascidos em acampamentos imundos e gelados, de pessoas em greve de fome nas fronteiras, os lábios costurados, os torsos estampados com as palavras “Salve-me ou atire em mim!”. Os governos europeus poderiam facilmente evitar todo esse sofrimento derrubando as fronteiras e desterritorializando os direitos que, agora, estão ligados à cidadania e à residência. Mas eles não o farão, porque significaria render-se a certos poderes que, atualmente, estão enquadrados como essenciais para a Soberania. Portanto, para preservar essa versão de uma Soberania do Estado, violações extensas e grosseiras são ativamente perpetradas, algo que, em outros contextos, seria entendido como transgressão dos direitos humanos básicos e universais, algo que não é meramente tolerado pelos estados da União Europeia.

Em vários países da União Europeia, houve fortes reações populares contra a insensibilidade das políticas de imigração, de asilo e da mortalidade nos controles de fronteira, este é um momento político onde se revela a imensa e violenta falta de generosidade que os estados liberais são capazes, o que pode, potencialmente, ser questionado e desafiado. Nós poderíamos estar nos mobilizando politicamente contra o fosso que há entre os direitos abstratos declarados dos seres humanos para o reconhecimento desses direitos, como fez o movimento antiescravidão original. Mas esse espaço político está fechado por discursos em que o liberalismo é construído como se estivesse sob ameaça, seja de terroristas ou ‘traficantes’ e ‘traficantes de escravos modernos’, ou as ‘hordas’ de migrantes e de refugiados que vão nos afogar com a suas demandas infinitas por moradia, saúde, empregos e educação. Então sim, penso que o retrato do que está acontecendo nas fronteiras como uma **crise** para a União Europeia, que, de fato, poderia acomodar prontamente o número de pessoas que tentam entrar pelo Mediterrâneo e pelos Balcãs (ROTH, 2015), é análogo ao discurso da ‘escravidão moderna’ (também como o da ‘Guerra ao Terror’). Estes são todos os enquadramentos que apagam contradições visíveis entre os princípios fundadores de estados democráticos liberais e os meios empregados para defender o poder do Estado. Portanto, no caso da chamada ‘crise de refugiados’, assim como no tráfico, práticas violentas e **iliberais** na fronteira são apresentadas como necessidades lamentáveis para ‘nossa’ própria sobrevivência e se tornam politicamente incontestáveis.

Mais uma vez, a história da escravidão transatlântica pode ter algo a nos ensinar, porque, na atualidade, a ansiedade expressa sobre imigração possui fortes ecos das preocupações do século XIX quanto à ameaça que a abolição da escravidão representaria para a ordem social liberal. Pensadores pró-escravidão americanos predisseram seu colapso total e até os brancos que, em princípio, se opunham à escravidão, muitas vezes, temiam que a abolição trouxesse terríveis consequências econômicas e sociais (queda dos salários dos trabalhadores brancos, colapso das indústrias, perda dos privilégios dos brancos, distúrbios raciais etc.). Tais medos eram equivocados – provou-se que é perfeitamente possível sustentar um sistema de dominação racial na ausência de escravidão. Nesse sentido, a história da abolição não nos fornece um modelo muito

esperançoso. Entretanto, pelo menos, demonstra que as estruturas e as hierarquias sociais que se revelam para a grande maioria da população como absolutamente inevitáveis e totalmente inalteráveis – como a escravidão uma vez o fez e, agora, as fronteiras – **podem** ser derrubadas. Talvez, aqueles de nós que querem ver o fim das fronteiras possam tomar coragem, mas também reconheçam que mesmo essa mudança imensa e positiva não significaria, por si só, soletrar a liberdade. A história pós-abolição sublinha a necessidade de lutas políticas coletivas contínuas em torno de raça, gênero, classe, casta, sexualidade, deficiência e idade; e esforços ininterruptos para entender e abordar suas complexas interseções. Ou seja, há vários paralelos entre a escravidão transatlântica e o mundo contemporâneo, mas não na forma como são superficialmente oferecidos pelo discurso de ‘escravidão moderna’.

REFERÊNCIAS

BHAMBRA, Gurinder. *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

BRACE, Laura. *The Politics of Property: freedom and belonging*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

CAMP, Stephanie. *Closer to Freedom*. London: University of North Carolina Press, 2004.

CHILDS, Dennis. *Slaves of the State*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

COLE, Teju. The white savior industrial complex. *The Atlantic*, 21 mar. 2012.

Disponível em:

<<http://www.theatlantic.com/international/archive/2012/03/the-white-saviorindustrialcomplex/254843/2/>>.

DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. New York: Random House, 1981.

GOLDBERG, David Theo; GIROUX, Susan Searls. *Sites of Race: Conversations with Susan Searls Giroux*. Cambridge: Polity Press, 2014.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery and Self-Making in Nineteenth Century America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MILLS, Charles. Racial Liberalism. *PMLA*, Special Topic: Comparative Racialization, v. 123, n° 5, out. 2008, p. 1380-1397.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 2001.

PUWAR, Nirmal. *Space Invaders: Gender, Race and Bodies out of Place*. Oxford: Berg, 2004.

ROTH, Kenneth. The refugee crisis that isn't. *Huffington Post*, 03 set. 2015. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/kenneth-roth/the-refugee-crisis-that-isnt_b_8079798.html>

WEEKS, Kathi. *The Problem with Work*. London: Duke University Press, 2001.

WONG, Edlie. *Neither Fugitive Nor Free*. New York: New York University Press, 2009.